Escola Moderna

N.º 13 • 6.ª série • 2025

PROPRIEDADE
Movimento da Escola Moderna

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Francisco Grandela, n.º 7 – loja A – 1500-284 Lisboa
e-mail: secretariado.mem@escolamoderna.pt
site: www.escolamoderna.pt

DIRETOR
Sérgio Niza

COORDENAÇÃO
Francisco Marcelino Pereira

REDAÇÃO
Clara Felgueiras; Clara Rolo; Filomena Serralha; Graça Vilhena;
Inácia Santana; Ivone Niza; Joaquim Segura; Júlio Pires;
Manuela Castro Neves; Pascal Paulus

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
IDG – Imagem Digital Gráfica, Lda.

Tiragem: 1350 Exemplares
Periodicidade: anual
Depósito Legal 107 975/81
ISSN 2182-987X
PVP – 12 €

Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores. Os trabalhos publicados na ESCOLA MODERNA podem, em princípio, ser transcritos noutras publicações desde que se indique a sua origem e autoria. No entanto, é preciso um pedido de autorização para cada caso.

Índice

5	Editorial	*Sérgio Niza*
7	O 25 de abril e o MEM na afirmação de uma educação democrática	*Susana Barbosa*
20	Contributos teóricos sobre a avaliação na aprendizagem	*Joaquim Liberal*
33	Um percurso para a construção de uma escola (mais) democrática: o coordenador de estabelecimento como promotor de práticas participativas	*Daniela Massa*
51	Partilhas de um Grupo de Trabalho Cooperativo de Creche	*Edna Vieira, Dulce Moreira, Luana Castanheira, Marta Parracho, Marta Parreira, Patrícia Paulo, Marta Reis, Sara Tavares e Teresa de Matos*
59	Contributos do MEM para a construção da vida democrática na educação pré-escolar	*Manuela Guedes*
67	"1, 2, 3… uma biblioteca por mês" um projeto de apropriação dos serviços públicos da cidade	*Marta Botelho*
73	Avaliar para aprender em cooperação	*Marta Comparada*
80	Aprendizagem da escrita em duas turmas: percursos, desafios e práticas	*Paula Figueiredo e Dina Morais*

87
Tempo de Estudo Autónomo no 1.º ano de escolaridade
Helena Moreira e Joana Santos

95
Um trabalho de coadjuvação para a inclusão
Daniela Ferreira e Sofia Henriques

111
Se gostar do que faço, aprendo melhor
Helena Camacho

134
A autorregulação das aprendizagens curriculares durante o Tempo de Estudo Autónomo
Catarina França e Luís Mestre

144
Investigar o envolvimento, a participação e cooperação dos alunos
Esmeralda Raminhos

156
O Tempo de Estudo Autónomo na disciplina de Matemática numa turma do 5.º ano
Ana Oliveira

Editorial

A participação das "escolas inclusivas" na marginalização escolar

Sérgio Niza

No Movimento da Escola Moderna incorporamos, na relação entre uns e outros, o princípio antigo da fraternidade humana. É ela que orienta a nossa interação e promove os afetos que consolidam a própria cultura que vamos erguendo na pedagogia.

A emoção que esses afetos propiciam, senti-a eu, ao ouvir, num dia destes, Joaquim Azevedo[1] falar sobre o *modo de produção da exclusão escolar*, numa das tertúlias de Inquietações Pedagógicas sobre a Exclusão Escolar: olhar a escola a partir dos excluídos.

Disse-nos, então, com a delicada frontalidade a que nos habituou, como "àqueles que a escola não quer, a escola faz crer que são eles que não querem a escola".

Reside aqui o equívoco que tem vindo a naturalizar-se, não deixando ver quanto a escola tem vitimado os alunos que esperavam dela o cuidado humano que aguardavam e a que têm efetivo direito.

Um dia destes, António Nóvoa, numa assembleia de professores, perguntava-nos para que serve um professor e ele próprio avançava: "para ensinar os alunos que não querem aprender". Fica, assim, mais evidente o engano em que a escola prossegue a sua decadência, quando exclui com convicção e engenharia social os alunos que obrigatoriamente frequentam uma escola que se comprometeu a inclui-los, como consta do *Regime Jurídico da Educação Inclusiva* (Decreto-Lei N.º 54/2018, 6 de julho, série I do Diário da República).

Joaquim Azevedo aproveitou para nos contar das suas vivências com algumas centenas de jovens alunos, abandonados pelas escolas dos concelhos do Porto e de Gaia e que têm passado, desde há doze anos, pelo Arco Maior (www.arcomaior.pt), um espaço de acolhimento e estimulação, para redescobrirem o gosto pelas aprendizagens curriculares e pelos saberes das artes de fazer.

É, a partir de lá, que ouvindo os excluídos, partiu para alguns trabalhos de investigação que, como universitário, nos revela num livro cativante que comove "Modos de produção da exclusão escolar: olhar a partir dos excluídos", editado pela Fundação Manuel Leão, em 2024.

Num dos seus trabalhos, estudou pormenorizadamente os documentos contidos nos respetivos dossiês individuais, que revelam procedimentos sucessivos dos caminhos e descaminhos de vinte e cinco alunos. A análise interpretativa dessa profusa documentação conduziu-o à reconstituição de um itinerário de microdecisões como modo de exclusão escolar:

1. Precocemente, as escolas detetam as situações de desajustamento e conflito entre certos alunos e a escola (no 1.º ou no 2.º ano) e identifica-os como "alunos em risco".
2. A escola produz vários documentos de identificação e análise destas situações, elaborados seja pelos professores seja por técnicos (psicólogos e médicos), que lhes assinalam quase exclusivamente défices e patologias.
3. A escola aciona um conjunto de dispositivos de apoio aos alunos, de entre um menu que o Ministério da Educação autoriza, e que é geralmente composto pelo reforço das aprendizagens disciplinares (com destaque para o Português e a Matemática) e por "adequações curriculares", que são sobretudo formas de proporcionar, respetivamente, mais do mesmo e menos do mesmo.

[1] Joaquim Azevedo é Professor Catedrático, aposentado, da Universidade Católica no Porto.

4. A documentação produzida começa a construir uma arquitetura analítica assente em debilidades pessoais (e doenças), défices familiares e de contexto (pobreza, negligência, violência, etc.), dificuldades escolares e desajustamentos comportamentais, uma autêntica "arquitetura da exclusão" (Flores, 2016, p. 4).
5. Além desta desclassificação pessoal sistemática, os alunos são reprovados várias vezes e obrigados a repetir o mesmo ano de escolaridade, com o mesmo currículo, do mesmo modo, passando a integrar, como repetentes, turmas com colegas cada vez mais novos, o que os desintegra e desmotiva ainda mais.
6. A transição do 1.º para o 2.º ciclo só agrava estas situações, incidindo nos 5.º e 6.º anos as ordens de saída da sala de aula, os procedimentos disciplinares e as suspensões.
7. Os alunos (a par das suas famílias), através de informações trimestrais, vão sendo sistemática e individualmente culpabilizados pelos seus comportamentos e resultados escolares, pois nunca aproveitam as capacidades que têm e as oportunidades que a escola especialmente lhes oferece, num processo que, quanto mais se amplia, mais coloca na sombra a responsabilidade da própria escola.
8. Diante das atitudes e comportamentos disruptivos dos alunos, sempre que se repetem, a escola pune e pune cada vez mais severamente os alunos em falta, que aumentam a gravidade dos comportamentos, num efeito de bola de neve, no quadro de uma ação não dialógica e desencorajadora, que está bem longe das finalidades pedagógicas que a lei prevê.
9. O aluno, a braços com vários problemas no seu crescimento e diante deste modo de atuar da escola, vai desconectando da mesma, revelando cada vez maior desinteresse, mais elevado absentismo e uma recusa crescente da frequência das aulas, mesmo estando na escola, e vai acumulando uma crescente revolta.
10. Diante desta "espiral negativa", que atribui ao aluno a principal responsabilidade pela sua situação (porque não aproveita quer as imensas oportunidades que a escola lhe dá, quer as suas próprias capacidades) e sendo-lhe negado o seu verdadeiro rosto (a sua identidade pessoal e sociocultural é desmembrada) (Esteban, 2008), o aluno assume cada vez mais o exercício do papel que lhe é atribuído pela escola: o incapaz, o repetente, o malcriado, o rebelde, o que não tem nada a perder nem a ganhar.
11. A escola, ao fim de várias tentativas de aplicação de medidas de "apoio pedagógico", de "recuperação" do insucesso e de repetição de ano de escolaridade, ainda encaminha o aluno, por vezes, para "modalidades especiais" de realização do percurso escolar (como Cursos de Educação e Formação, Percursos Curriculares Alternativos, Cursos Vocacionais, Programa Integrado de Educação e Formação), cursos a que se tem acesso através da acumulação de insucesso.
12. Construído o aluno inensinável e ineducável, excluído da escolarização e mantido no interior da escola, que só consegue afirmar a sua identidade agindo contra a instituição, e diante de um palco de tensão e conflito crescentes, o mesmo aluno cede, começa a faltar mais sistematicamente e acaba por concluir que "definitivamente este não é um lugar para mim" e abandona a escola.

Desenha-se, assim, lentamente, durante nove a dez anos, uma espiral de práticas "educativas" seletivas e humilhantes que expulsam estes alunos das escolas (p. 112).

Completam este estudo a apresentação de doze casos que retratam percursos exemplares de exclusão pela voz sofrida da humilhação e do abandono.

O alinhamento de penosas ocorrências deixa-nos atónitos e comove-nos profundamente, como se finalmente quiséssemos olhar para tantas evidências que passamos a vida toda a enfrentar sem querer delas ter consciência.

Impõe-se fazermos circular estas clarividentes histórias de vida marginalizada de uma dúzia de alunos iguais aos, tantos outros, que cada um de nós já conheceu e que passaram por nós como se não partilhássemos as suas vidas nas nossas escolas.

Convido-vos a ler, em companhia de outros, estas histórias passadas nas escolas, se querem transformar a profissão em que tantos de entre nós nos arrastamos.

Esperamos pela continuação dos estudos que Joaquim Azevedo nos promete, para a desocultação do abandono que a escola produz, através de sucessivos e silenciosos procedimentos que a mesma escola utiliza, quando "marginaliza e humilha os que não é capaz de integrar, cuidar e educar" (p. 98) no âmbito de uma retórica política que a faz autodesignar-se como escola inclusiva. Uma escola inclusiva criada para continuar a excluir os que não sabe ou não quer educar.